

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AK', 'f?', 'LGS', and others.

NOTA INTRODUTÓRIA

O Instituto Superior Técnico foi fundado em 1911, fruto da divisão do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. O primeiro Diretor (1911-1922) foi o Engenheiro Alfredo Bensaúde, que para além de promover uma profunda renovação nos métodos de ensino da Engenharia em Portugal, foi o responsável pela criação no Técnico dos primeiros cursos da área: Minas, Civil, Mecânica, Eletrotécnica e Químico-Industrial.

É durante o período entre 1927 e 1932, com o Engenheiro Duarte Pacheco como Diretor, que o Instituto passa a integrar a Universidade Técnica de Lisboa.

Entre 1952 e 1972 são criados, em Portugal, 12 centros de estudos, três dos quais sediados no Técnico, abrangendo os domínios da Química, Geologia e Mineralogia, e Eletrónica. Estes centros são responsáveis pela formação e qualificação científica do corpo docente do Técnico, nomeadamente através do fomento e realização de doutoramentos em universidades e centros de investigação no estrangeiro.

A partir de 1970 o período mínimo para obtenção do grau de licenciatura altera-se de seis para cinco anos, dando resposta a um aumento significativo do número de alunos matriculados no Técnico. A investigação científica sofre também um grande impulso através da criação do edifício Complexo Interdisciplinar que congrega várias unidades de investigação autónomas, tornando definitivamente o Técnico numa escola de referência a nível europeu.

Na década de 90 são criados no Técnico novos cursos em áreas de ponta da Engenharia, estendendo-se a oferta formativa a novos programas de mestrado e doutoramento.

Em 2001, com o objetivo de explorar e desenvolver as sinergias entre a universidade e a indústria, o Técnico inaugura um novo campus em Oeiras, localizado no Parque de Ciência e Tecnologia do Taguspark.

No ano letivo 2006-2007, os cursos adaptam-se definitivamente ao Processo de Bolonha, cujo objetivo consiste na criação de um Espaço Europeu de Investigação com vista a tornar a Europa na mais competitiva economia do mundo baseada no conhecimento.

I. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

1. ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Nos termos do POC – Educação, por “Grupo Público” entende-se o conjunto da “entidade-mãe” e das entidades controladas. Uma “entidade-mãe” que elabore demonstrações financeiras consolidadas deve consolidar todas as entidades que controla, a menos que seja aplicada alguma disposição de exclusão.

Importa referir que, o Grupo Público IST, enquadrado na definição constante da alínea b) do n.º 4 do artigo 5.º da Portaria 794/2000, de 20 de setembro, que aprovou o POC-Educação, não está sujeito à apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, nem estas ficam sujeitas a certificação legal das contas, dado que não se encontram reunidos os requisitos vertidos nas alíneas a) e b) do n.º 5 do mesmo artigo.

O Grupo Público Instituto Superior Técnico, representado pela entidade-mãe, identifica-se como se segue:

Designação: Instituto Superior Técnico

NIF: 501 507 930

Sede: Avenida Rovisco Pais, 1096-049, Lisboa

Atividade principal: ensino superior (CAE principal: 85420; CAE secundário: 86906)

Classificação Orgânica: 111054200

Tutela: Ministério da Educação e Ciência

Regime Financeiro: Autonomia Patrimonial, Administrativa e Financeira

As entidades incluídas na presente consolidação de contas, assim como os respetivos métodos de consolidação utilizados, foram as seguintes:

Entidade	Morada	NIF	Percentagem detida do fundo social em 2015		Método de consolidação
			Direta	Efetiva	
Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico (ADIST)	AV. Manuel da Maia, 36, R/C Esq, 1000-201 Lisboa	501804625			Simplex Agregação
Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento (IST ID)	Av. Rovisco Pais, 1049-001 Lisboa	509830072	50,00%	100,00%	Consolidação Integral
Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores Investigação e Desenvolvimento em Lisboa (INESC ID)	Rua Alves Redol, 9-8º, 1000-029 Lisboa	504547593	51,00%	51,00%	Consolidação Integral
Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (INESC)	Rua Alves Redol, 9, 1000-029 Lisboa	501107169	33,00%		Equivalencia Patrimonial
Instituto de Telecomunicações (IT)	Av. Rovisco Pais, 1049-001 Lisboa	502854200			Simplex Agregação
Associação para a Formação e Desenvolvimento em Engenharia Civil q Arquitetura (FUNDEC)	Av. Rovisco Pais, 1049-001 Lisboa	508122996	5,95%	100,00%	Consolidação Integral
Instituto de Engenharia Mecânica (IDMEC)	Av. Rovisco Pais, 1049-001 Lisboa	502855967	33,33%	66,66%	Consolidação Integral

2. ENTIDADES EXCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

No exercício de 2015, foram excluídas do processo de consolidação, ao abrigo do ponto 12.4.4 – Exclusões de consolidação do POC – Educação, por não constituírem entidades materialmente relevantes, as seguintes entidades:

Entidade	Morada	NIF	Percentagem detida do fundo social em 2015		Método de consolidação
			Direta	Efetiva	
LIP - LAB. INSTRUMENT. E FISICA EXPERIM. PARTICULAS	Av. Elias Garcia 14, 1000 Lisboa	501694650			
INESC-MN	Rua Alves Redol, 9, 1000-029 Lisboa	505432978			

II. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

4. CASOS EM QUE A APLICAÇÃO DAS NORMAS DE CONSOLIDAÇÃO NÃO SEJA SUFICIENTE PARA QUE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DEEM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DO CONJUNTO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Pela situação que iremos desenvolver neste ponto e no seguinte, consideramos que a aplicação das normas de consolidação previstas no POC-E, não são suficientes para que as Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo IST relevem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do Grupo.

O Instituto de Telecomunicações – IT, é uma associação de investigação e desenvolvimento, sem fins lucrativos, resultante da associação do Instituto Superior Técnico (IST), da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC), da Universidade de Aveiro (UA) e da Portugal Telecom Inovação S.A., sendo constituído por três Polos, situados em Lisboa, Coimbra e Aveiro, e afectos respectivamente ao IST, FCTUC, e UA

A inclusão do Instituto de Telecomunicações – IT nas demonstrações Financeiras consolidadas não resulta na aplicação das normas de consolidação, uma vez que as mesmas não prevêm a inclusão de entidades não controladas, ou em que o controlo apenas se manifeste sobre uma parte da sua actividade.

No entanto o IST controla de modo efectivo o Polo de Lisboa do IT. Assim, por esta razão e de acordo com os métodos referidos no ponto seguinte, a actividade do Polo de Lisboa do IT foi incluída no perímetro do grupo IST.

5. QUALQUER AFASTAMENTO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS DE CONSOLIDAÇÃO FEITO PARA SE OBTER A NECESSÁRIA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA, COM INDICAÇÃO DAS RESPECTIVAS RAZÕES E DOS SEUS EFEITOS NO BALANÇO CONSOLIDADO E NA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

O IT desenvolve a sua actividade em três polos que de acordo com os estatutos, é dotado de autonomia praticando os actos de gestão inerentes ao desenvolvimento da sua actividade, gerindo de forma autónoma os respectivos resultados, dispondo de regulamentos próprios e dispondo de órgãos próprios nos termos previstos naqueles.

O IST controla de facto a actividade do Polo de Lisboa situado em instalações próprias do IST, ao qual tem afecto um volume materialmente relevante de recursos próprios.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the number '4' and various initials and signatures.

O IT dada a autonomia estatutária concedida aos Polos elabora anualmente Demonstrações de Resultados por Polo, no âmbito da gestão autónoma dos resultados das actividades de cada Polo consagradas nos seus estatutos.

Tendo por base as Demonstrações de resultados por Polo e a Demonstração de Resultados do IT, o Polo de Lisboa do IT foi integrado no perímetro do Grupo IST na respectiva proporção de controlo.

O impacto nas DF consolidadas do grupo resultante desta operação traduz-se no balanço num aumento do activo líquido em 3.313.589,04, da situação líquida em 653.909,12e do passivo em 2.627.782,81.

A Demonstração de resultados consolidada incorpora um resultado líquido de 31.897,11 bem como custos no montante de 2.068.630,47 e proveitos de 2.100.527,58.

III. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

6. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

A 31 de dezembro de 2015, não existiam diferenças de consolidação em categorias de ativos ou de passivos identificáveis das entidades incluídas nas contas consolidadas.

7. CASOS EXCECIONAIS EM QUE NÃO SE TENHA ADOTADO O PRINCÍPIO DA CONSISTÊNCIA

O Grupo IST apresenta no presente exercício pela primeira vez Demonstrações financeiras consolidadas, pelo que não existindo valores comparativos, não se coloca qualquer limitação ao princípio da consistência.

At 5

✓

✓

✓

✓

✓

✓

✓

✓

✓

8. ELIMINAÇÃO DE OPERAÇÕES INTERNAS

CONTA	DESIGNAÇÃO	DEBITO	CREDITO
591	ACRESCIMOS DE CUSTOS	-252.440	0
621	SUBCONTRATOS	-3.335.875	-9.389
622	FORNECIMENTOS E SERVICOS	-43.142	0
649	PESSOAL-FORMACAO	-75	0
652	QUOTIZACOES	-150.923	0
691	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	-431.559	0
697	CORRECCOES RELATIVAS A EXERCICIOS ANTER.	-14.233	0
711	VENDAS	0	-13.982
712	PRESTACOES DE SERVICOS	-135	-624.597
724	TAXAS/MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	-1.401	-32.323
732	ALUGUER DE EQUIPAMENTO	0	-1.455
733	ALUGUER DE INSTALACOES	0	-4.881
737	OUTROS PROV.SUPLEMENTARES (ISENTO IVA)	-162	-648.704
738	NAO ESPECIFICAD. INERENTES AO VAL.ACRES.	0	-341.634
739	OUTROS PROVEITOS SUPLEMENTARES	0	-16.983
797	CORRECCOES RELATIVAS A EXERC.ANTERIORES	0	-125.982
712	PRESTACOES DE SERVICOS	0	-252.440
737	OUTROS PROV.SUPLEMENTARES (ISENTO IVA)	-9.389	-3.335.875
712	PRESTACOES DE SERVICOS	0	-43.142
712	PRESTACOES DE SERVICOS	0	-75
712	PRESTACOES DE SERVICOS	0	-150.923
742	ACRESCIMOS DE PROVEITOS	0	-431.559
797	CORRECCOES RELATIVAS A EXERC.ANTERIORES	0	-14.233
622	FORNECIMENTOS E SERVICOS	-13.982	0
622	FORNECIMENTOS E SERVICOS	-624.597	-135
649	PESSOAL-FORMACAO	-32.323	-1.401
622	FORNECIMENTOS E SERVICOS	-1.455	0
622	FORNECIMENTOS E SERVICOS	-4.881	0
622	FORNECIMENTOS E SERVICOS	-648.704	-162
621	SUBCONTRATOS	-341.634	0
622	FORNECIMENTOS E SERVICOS	-16.983	0
697	CORRECCOES RELATIVAS A EXERCICIOS ANTER.	-125.982	0
652	QUOTIZACOES	-150.000	0
712	PRESTACOES DE SERVICOS		-150.000
TOTAL		-6.199.874	-6.199.874

AL 6

✓

✓

My

SUS

h

✓

Qxy

LGS

✓

✓

9. ACONTECIMENTOS IMPORTANTES RELACIONADOS COM O PATRIMÓNIO, A POSIÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS DE UMA ENTIDADE INCLUÍDA NA CONSOLIDAÇÃO QUE TENHAM OCORRIDO ENTRE A DATA DO BALANÇO DESSA ENTIDADE E A DATA DO BALANÇO CONSOLIDADO

Não se registaram acontecimentos relevantes entre a data das demonstrações financeiras e a sua data de emissão.

11. HOMOGENEIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O Instituto Superior Técnico utiliza o POC – Educação.

Existem ainda diversas entidades de direito privado do setor não lucrativo no perímetro de consolidação, que utilizam a NCRF -ESNL – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo, concretamente:

- IST-ID
- ADIST
- FUNDEC
- INESC-ID
- IT

- IDMEC

Assim, para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas, procedeu-se as necessárias operações de homogeneização da informação financeira.

As principais reclassificações efetuadas são as que constam do quadro seguinte:

SNC NCRF -ESNL	POC - Educação
219 Perdas por imparidade acumuladas	291 Provisões para cobranças duvidosas
23 Pessoal	262 Pessoal
2511 Empréstimos bancários	23 Empréstimos obtidos
2513 Locações financeiras	2613 Fornecedores de <i>leasing</i>
271 Fornecedores de investimento	2611 Fornecedores de imobilizado
2721 Devedores por acréscimos de rendimentos	271 Acréscimos de proveitos
2722 Credores por acréscimos de gastos	273 Acréscimos de custos
278 Outros devedores e credores	268 Devedores e credores diversos
281 Gastos a reconhecer	272 Custos diferidos
282 Rendimentos a reconhecer	274 Proveitos diferidos (excepto 2745)
29 Provisões	292 Provisões para riscos e encargos
33 Matérias primas, subsidiárias e de consumo	36 Matérias primas, subsidiárias e de consumo
43 Ativos fixos tangíveis	42 Imobilizado corpóreo
44 Ativos intangíveis (excepto 443)	43 Imobilizado incorpóreo
443 Programas de computador	4261 - Equipamento e material informático
45 Investimentos em curso	44 Imobilizado em curso
51 Capital	51 Património
55 Reservas (legais e outras)	57 Reservas (excepto 576)
56 Resultados transitados	59 Resultados transitados
593 Subsídios	2745 Proveitos diferidos - subsídios ao investimento
594 Doações	576 Doações
63 Gastos com pessoal	64 Custos com pessoal
64 Gastos de depreciação e amortização	66 Amortizações do exercício
65 Perdas por imparidade	67 Provisões do exercício (excepto 672)
67 Provisões do exercício	672 Provisões para riscos e encargos
681 Impostos	651 Impostos e taxas
683 Dívidas incobráveis	692 Dívidas incobráveis
6881 Correções relativas a períodos anteriores	697 Correções relativas a exercícios anteriores
6882 Donativos	691 Transferências de capital concedidas
6886 Custos com bolseiros (FFCUL)	631 Transferências correntes concedidas
6888 Outros não especificados	698 Outros custos extraordinários
69 Gastos e perdas de financiamentos	68 Custos e perdas financeiras
71 Vendas	711 Vendas
72 Prestações de serviços	712 Prestações de serviços
75 Subsídios à exploração	743 Subsídios correntes obtidos
761 Reversões de depreciações e amortizações	7961 Redução de amortizações
762 Reversões de perdas por imparidade	7962 Redução de provisões
771 Ganhos por aumento de justo valor em instrumentos financeiros	7813 Proveitos e ganhos financeiros de outras aplic. financeiras
781 Rendimentos suplementares	73 Proveitos suplementares
7851 Rend. e ganhos em subsidiárias - aplic. do método de equival. pat.	782 Ganhos em entidades e subentidades
7881 Correções relativas a períodos anteriores	797 Correções relativas a exercícios anteriores
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	78 Proveitos e ganhos financeiros
812 Imposto sobre o rendimento do exercício	651 Impostos e taxas

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the number '7' and various illegible signatures.

13. OPÇÃO USADA PELO CONJUNTO DAS ENTIDADES NA CONSOLIDAÇÃO QUANTO À CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

As relações de participação / associação noutras entidades existentes no Grupo IST foram acrescentadas ao respetivo custo de aquisição e relevadas na conta 41 – Investimentos financeiros – Partes de capital. As respetivas perdas de valor entendidas como duradouras encontram-se provisionadas.

IV. INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

17. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS, DE ACORDO COM A NATUREZA

Em 31 de dezembro de 2015, o IST tinha as seguintes garantias prestadas:

Tipo de garantia	Saldo inicial 01.01.2015	Concedidas no ano	Canceladas no ano	Saldo final 31.12.2015
Avales internos				0
Avales externos				0
Garantias reais				0
Outras garantias	64.699			64.699
	<u>64.699</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>64.699</u>

V. INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

18. CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto Superior Técnico, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e definidos no POC – Educação, tendo-se utilizado os seguintes procedimentos prévios de consolidação:

- Identificação do perímetro de consolidação;
- Identificação dos métodos de consolidação a aplicar;
- Homogeneização da informação (planos de contas, políticas contabilísticas e critérios valorimétricos);
- Agregação dos dados;
- Eliminação de saldos inter-grupo e de operações internas;

- Reclassificações e ajustamentos que melhorem a qualidade da informação;
- Preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

O método de consolidação integral aplica-se quando uma entidade pertencente ao grupo público detenha uma participação financeira noutra entidade, que lhe confira controlo maioritário. Existe controlo quando a entidade, em função dos seus direitos de voto, tenha o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais da entidade participada. Neste caso, as demonstrações financeiras da entidade participada são integradas pela totalidade, evidenciando contudo os direitos de terceiros, designados por interesses minoritários.

O método da simples agregação aplica-se quando não exista participação financeira e estejamos em presença de um grupo público formado por um conjunto de entidades relacionadas. Consiste na simples agregação, item a item, da totalidade dos elementos que compõem o ativo, passivo, fundos próprios, custos, proveitos e resultados dessas entidades.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que estão disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, durante um período que varia entre 3 e 5 anos.

b) Imobilizações corpóreas

Terrenos e recursos naturais, edifícios e outras construções e imobilizado em curso:

As demonstrações financeiras obedecem ao princípio contabilístico do custo histórico, exceto no que se refere ao ativo imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 1992, pelo IST, que foi avaliado por duas empresas da especialidade, encontrando-se refletido em balanço o menor valor global das avaliações efetuadas e no que se refere à integração do Instituto Tecnológico e Nuclear cujos edifícios que não se sabia o seu custo histórico foram avaliados ao custo de reconstrução.

A exceção referida de avaliação resulta do facto de desde a data da sua Constituição, em 1911, até 31 de dezembro de 1992, o IST ter seguido os princípios da contabilidade pública na preparação das suas contas. Neste contexto, não foi possível recorrer à documentação de suporte que permitisse registar pelo custo de aquisição os bens patrimoniais adquiridos até 31 de dezembro de 1992.

Os Terrenos e recursos naturais foram registados por contrapartida da rubrica de Património e o restante imobilizado foi registado por contrapartida de Proveitos diferidos (Subsídios ao investimento).

AK 9
11
100

my

JUS

h

C

Qxy

LGS
PPP

J?

Equipamento básico, equipamento de transporte, ferramentas e utensílios, equipamento administrativo e outras imobilizações corpóreas:

10

As imobilizações corpóreas foram valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, exceto nos casos em que este não foi possível de determinar. Nestes casos, os bens foram valorizados de acordo com os métodos previstos na Portaria n.º 794/2000 de 20 de setembro, nomeadamente de acordo com o método de valor de mercado.

c) Amortizações

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes por duodécimos, iniciando-se a amortização no mês em que o bem inicia a sua utilização, sendo contabilizadas por débito na demonstração de resultados de cada exercício.

Para o efeito, são utilizadas as taxas estabelecidas pela Portaria n.º 378/94, de 16 de junho ou pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, que regulamenta o CIBE, consoante os bens tenham sido adquiridos antes ou depois de 31 de dezembro de 1999.

Para as entidades que aplicam o SNC NCRF –ESNL, as amortizações são calculadas pelo método da linha reta, iniciando-se a depreciação no mês em que o bem inicia a sua utilização, sendo contabilizadas por débito na demonstração de resultados de cada exercício e para o efeito, são utilizadas as taxas estabelecidas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro atualizado pelo Decreto Regulamentar nº 4/2015, de 22 de abril.

Os custos de manutenção e reparação que não aumentam os benefícios económicos e/ou a vida útil dos bens de imobilizado são registados como custos do exercício em que ocorrem.

Os custos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo, sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

O imobilizado em curso corresponde aos ativos que estão em fase de construção ou montagem, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos só são amortizados a partir do momento em que se encontrem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos bens de imobilizado são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o seu valor líquido contabilístico, sendo registadas na demonstração dos resultados como ganhos ou perdas em imobilizações.

d) Investimentos financeiros

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "AK", "MS", "M", "CS", "Jey", "LGS", "RGP", and "J" with an arrow.

Os investimentos financeiros em partes de capital encontram-se valorizados pelo custo de aquisição ou pelo método da equivalência patrimonial, neste último caso, se a entidade exercer influência significativa sobre a gestão e políticas financeiras da entidade participada.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente, de forma a corresponderem à proporção detida nos capitais próprios da entidade associada.

e) Existências

Não existem existências.

f) Provisão

Provisão para cobranças duvidosas:

As provisões para cobranças duvidosas são constituídas mediante a análise da antiguidade das dívidas de clientes, tendo por base a avaliação do risco individual de cada devedor, face às informações disponíveis no final do exercício. Em regra, a constituição de provisões para cobrança duvidosa é efetuada de acordo com a política descrita no ponto 2.7 do POC – Educação. São constituídas para os créditos, que não do Estado (sentido lato), em mora há mais de 12 meses desde a data do respetivo vencimento e para as quais existam diligências para o seu recebimento.

Relativamente às dívidas dos alunos, são constituídas provisões para as dívidas que estejam em mora há mais de 24 meses.

Quer se trate de dívidas de clientes, quer de alunos, a taxa de provisão considerada é de 100%.

Provisão para outros riscos e encargos:

As provisões são reconhecidas apenas quando exista uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, quando seja provável uma saída de recursos para a sua resolução e quando o montante dessa obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

g) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis são registados ao mais baixo do custo de aquisição ou valor de mercado.

h) Especialização dos exercícios

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "AT", "Vog", "SUS", "m", "Ce", "LGS", and "Jr".

Os custos e proveitos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes custos e perdas e proveitos e ganhos são registados nas rubricas de “Acréscimos e diferimentos”.

O reconhecimento de proveitos associados às vendas e prestação de serviços e às propinas obedece aos seguintes critérios:

- *Vendas e prestação de serviços*: de um modo geral, o reconhecimento do proveito ocorre no momento de emissão do respetivo documento suporte, podendo ser ajustado no final do exercício para cumprimento do princípio da especialização dos exercícios;

- *Propinas*: o reconhecimento do proveito ocorre ao longo do ano letivo. Como este envolve dois anos civis, para efeitos de especialização das propinas, os proveitos de um exercício englobam os 8 meses (janeiro a agosto) de um ano letivo e os 4 meses (setembro a dezembro) do ano letivo seguinte.

i) Financiamento de despesas correntes e de despesas de capital

Os montantes recebidos destinados a financiar despesas correntes são registados como proveito do exercício (subsídios correntes obtidos), na parte correspondente aos custos incorridos durante o exercício, independentemente do momento do recebimento dos mesmos. Registam-se no ativo (acréscimos de proveitos), os valores a receber por conta de despesas já incorridas, e no passivo (proveitos diferidos), os adiantamentos.

Os subsídios recebidos para financiar despesas de capital são diferidos no Balanço na rubrica de “Proveitos diferidos”, sendo transferidos para proveitos, através da rubrica de “Proveitos e ganhos extraordinários”, em proporção idêntica aos encargos anuais com a amortização dos bens subsidiados.

j) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Quando existam, as diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

19. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DOS ELEMENTOS EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data das operações.

As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais, apuradas nos saldos existentes na data do balanço, por referência às paridades vigentes nessa data, integram os resultados correntes do exercício

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AL', 'FOS', 'MAY', 'AUS', 'M', 'C', 'Jey', 'LGS', 'R', and 'J'.

VI. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

20. DESPESAS DE INSTALAÇÃO, DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO E PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS

Em 31 de dezembro de 2015, estas rubricas tinham a seguinte composição:

Rubricas	2015
Propriedade industrial e outros direitos	
IDMEC	10.772
IT	4.852
	<u>15.625</u>
Total	<u>15.625</u>

22. MOVIMENTO DO ATIVO IMOBILIZADO E DAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES

Em 2015, o movimento ocorrido no valor dos bens de domínio público, imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, foi o seguinte:

Rubricas	ATIVO IMOBILIZADO							Saldo Final
	Saldo Inicial	Alteração do perímetro	Regularizações	Aumentos	Alienações e Abates	Autos cedência	Transferências	
Bens de domínio público:								
Terrenos e recursos naturais								-
Edifícios e outras construções								-
Outras construções e infra-estruturas								-
Imobilizações incorpóreas:								
Despesas de investigação e de desenvolvimento								-
Propriedade industrial e outros direitos	15.625							15.625
Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas								-
Diferenças de consolidação								-
	<u>15.625</u>							<u>15.625</u>
Imobilizações corpóreas:								
Terrenos e recursos naturais	18.804.674							18.804.674
Edifícios e outras construções	132.903.213			3.382.831			352.385	136.638.429
Equipamento e material básico	87.991.102			2.528.591	(214.105)		12.376	90.317.964
Equipamento de transporte	355.662							355.662
Ferramentas e utensílios	640.399			23.614	(2.656)			661.357
Equipamento administrativo	6.254.369			133.992	(15.389)			6.372.972
Taras e vasilhame								-
Outras imobilizações corpóreas	15.496.188			101.879	(189)			15.597.879
Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	641.063			287.270			(364.761)	563.572
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas								-
	<u>263.086.670</u>			<u>6.458.177</u>	<u>(232.339)</u>			<u>269.312.508</u>
Investimentos financeiros:								
Partes de capital	12.304.866		(568.958)	11.440				11.747.348
Investimentos em imóveis	1.320.993							1.320.993
Outras aplicações financeiras	5.093							5.093
	<u>13.630.952</u>		<u>(568.958)</u>	<u>11.440</u>				<u>13.073.434</u>
Totais	<u>276.733.247</u>		<u>(568.958)</u>	<u>6.469.616</u>	<u>(232.339)</u>			<u>282.401.567</u>

Por seu lado, o movimento verificado nas amortizações e provisões dos bens de domínio público, imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, foi o seguinte:

Rubricas	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES						
	Saldo Inicial	Alteração do perímetro	Regularizações	Reforços	Alienações e Abates	Transferências	Saldo Final
Bens de domínio público:							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-
Outras construções e infra-estruturas	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de investigação e de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	3.550	-	-	1.084	-	-	4.634
Diferenças de consolidação	-	-	-	-	-	-	-
	3.550	-	-	1.084	-	-	4.634
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	69.540.598	-	-	1.667.934	-	-	71.208.532
Equipamento e material básico	74.176.503	-	-	5.069.379	(212.463)	-	79.033.420
Equipamento de transporte	322.909	-	-	12.575	-	-	335.484
Ferramentas e utensílios	585.756	-	-	22.024	(2.656)	-	605.124
Equipamento administrativo	5.757.826	-	-	214.558	(15.389)	-	5.956.994
Taras e vasilhame	-	-	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	15.439.143	-	-	98.887	(189)	-	15.537.842
	165.822.735	-	-	7.085.357	(230.697)	-	172.677.395
Investimentos financeiros:							
Partes de capital	98.591	-	-	-	-	-	98.591
Investimentos em imóveis	838.410	-	-	-	-	-	838.410
Outras aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	-
	937.002	-	-	-	-	-	937.002
Totais	166.763.287	-	-	7.086.440	(230.697)	-	173.619.031

A 31 de dezembro de 2015, o saldo da rubrica de "Imobilizado em curso" (incorpóreo e corpóreo), incluía as seguintes obras:

Imobilizações em curso	2015
Imobilizações corpóreas:	
IST	559.085
IST-ID	4.476
IT	11
	<u>563.572</u>

39. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Código das contas	Rubrica	2015
Custos e perdas:		
681	Juros suportados	680
682	Perdas em entidades filiais e associadas	
683	Amortizações de investimentos em imóveis	
684	Provisões para aplicações financeiras	
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	1.053
686	Descontos de pronto pagamento concedidos	
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	
688	Outros custos e perdas financeiros	57.709
	Resultados financeiros	<u>19.818</u>
		<u>79.260</u>
Proveitos e ganhos:		
781	Juros obtidos	16.841
782	Ganhos em entidades filiais e associadas	17.971
783	Rendimentos de imóveis	
784	Rendimentos de participações de capital	
785	Diferenças de câmbio favoráveis	8.870
786	Descontos de pronto pagamento obtidos	
787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	15.097
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	<u>20.481</u>
		<u>79.260</u>

40. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

Código das contas	Rubricas	2015
Custos e perdas		
691	Transferências de capital concedidas	670.006
692	Dívidas incobráveis	
693	Perdas em existências	
694	Perdas em imobilizações	1.312
695	Multas e penalidades	3.115
696	Aumentos de amortizações e provisões	
697	Correções relativas a exercícios anteriores	1.544.645
698	Outros custos e perdas extraordinárias	94.602
	Resultados extraordinários	<u>4.041.126</u>
		<u>6.354.805</u>
Proveitos e ganhos		
791	Restituições de impostos	1.579
792	Recuperação de dívidas	3.074
793	Ganhos em existências	
794	Ganhos em imobilizações	5.419
795	Benefícios de penalidades contratuais	
796	Redução de amortizações e de provisões	1.141.092
797	Correções relativas a exercícios anteriores	383.085
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	<u>4.820.556</u>
		<u>6.354.805</u>

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including 'AF', 'Z', 'Muy', 'JMS', 'h', 'Jey', 'LGS', 'LGD', and 'JF'.

41. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS E EXPLICITAÇÃO DOS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

Em 2015, o movimento ocorrido nas provisões é o que se apresenta:

Código das contas	2015					Saldo Final
	Saldo Inicial	Regulariz.	Aumento	Redução	Reclassif.	
19	Provisões para aplicações de tesouraria					-
291	Provisões para cobranças duvidosas	2.847.092		278.280		3.125.372
292	Provisão para riscos e encargos	769.707				769.707
39	Provisão para depreciação de existências					-
49	Provisões para investimentos financeiros	90.566		8.025		98.591
		<u>3.707.366</u>	-	<u>286.305</u>	-	<u>3.993.671</u>

O saldo final da "Provisão para cobranças duvidosas" tem a seguinte composição:

Dívidas de cobrança duvidosa	2015
Dívidas de alunos	
Dívidas de clientes e utentes	1.840.986
Dívidas de outros devedores	1.284.387
	<u>3.125.372</u>

Por seu lado, o saldo final da "Provisão para riscos e encargos" inclui os seguintes valores:

Processos em contencioso	2015
IST - IVA	100.000
INESC-ID - IVA	579.327
IST-ID - INDEMNIZAÇÃO FIM DE CONTRATO CIENCIAS	90.380
	<u>769.707</u>

VII. INFORMAÇÕES DIVERSAS

45. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRAS E DOS RESULTADOS DO CONJUNTO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

45.a) Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica do "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AF', 'MS', 'LGS', and 'J-S'.

	2015
Saldos devedores	
Imposto sobre o rendimento	
Retenções de impostos sobre rendimentos	
Imposto sobre o valor acrescentado	784.283
Outros impostos	14.205
	798.488
Saldos credores	
Imposto sobre o rendimento	1.169.275
Retenções de impostos sobre rendimentos	
Imposto sobre o valor acrescentado	427.789
Contribuições para a Segurança social/ CGA	136.599
Outros impostos	396
	1.734.060

45.b) Acréscimos e diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015, os saldos destas rubricas tinham a seguinte desagregação:

	2015
Acréscimos de proveitos:	
Juros a receber	12.504
Prestação de serviços	370.719
Propinas	1.068
Projetos de investigação	30.924.747
Outros acréscimos de proveitos	984.598
	32.293.636
Custos diferidos:	
Seguros	
Seguros pagos antecipadamente	62.018
Outros custos diferidos	221.239
	283.257

	2015
Acréscimos de custos:	
Remunerações a liquidar	9.691.133
Outros acréscimos de custos	3.164.380
	12.855.513
Proveitos diferidos:	
Prestação de serviços	139.320
Subsídios para investimentos	49.773.288
Propinas	7.094.492
Projetos de investigação	49.573.140
Outros proveitos diferidos	106.580.240
	106.580.240

45.d) Varição nas rubricas do fundo patrimonial

Durante o exercício de 2015, o movimento ocorrido nas rubricas de "Fundos próprios" foi o seguinte:

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including 'LGS', 'AK', and 'J'.

